

# GÊNERO E INFÂNCIAS: DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS ÀS IMPOSIÇÕES SOCIAIS

GENDER AND CHILDREN: FROM IDENTITY CONSTRUCTIONS TO SOCIAL TAXES

## GÉNERO E INFANCIA: DE LAS CONSTRUCCIONES DE IDENTIDAD A LAS IMPOSICIONES SOCIALES

Reginaldo Peixoto<sup>1</sup>

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Eliane Rose Maio<sup>2</sup>

Universidade Estadual de Maringá

---

### Resumo

O termo gênero tem sido incluído nos discursos religiosos como “ideologia de gênero”, uma perspectiva equivocada, pois não se trata de ideologia, mas sim de uma categoria que diferencia os modos de ser de homens e mulheres. Dessa forma, por meio de uma pesquisa bibliográfica, o presente trabalho objetiva uma discussão acerca do significado do termo “gênero” como uma construção sociocultural, política e histórica, criado para caracterizar as diferenças entre homens e mulheres. Portanto, ao compreendermos a fase da infância como sendo propícia para o desenvolvimento infantil, buscamos também discutir como que o mundo dos/as adultos/as se insere nas brincadeiras, nos brinquedos, nos trajes e nos papéis que as crianças desempenham desde cedo, como premissa para mais tarde seguirem as padronizações sociais. Desde antes mesmo do nascimento, somos levados/as a construir identidades de gênero que histórica e culturalmente foram atribuídas e relacionadas ao sexo biológico, o que muitas vezes acaba naturalizando papéis, segregando desejos e promovendo o preconceito e a discriminação, principalmente quando se rompe com as práticas e os modelos impostos pela sociedade – macho e homem, fêmea e mulher.

**Palavras-chave:** Gênero; Brincadeiras; Infâncias; Identidades.

### Abstract

The term gender has been included in religious discourses as “gender ideology”, a misguided

---

<sup>1</sup>Doutor em Educação, Arte e História da Cultura, professor do curso de Pedagogia e Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup>Pós- Doutora em Educação, Professora dos Programas de Mestrado e Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Maringá.

perspective, because it is not an ideology but a category that differentiates men's and women's ways of being. Thus, the present work aims at a discussion about the meaning of the term gender as a sociocultural construction, created to characterize the differences between men and women. Therefore, by understanding the stage of childhood as propitious to child development, we also seek to discuss how the adults' world fits into the play, toys, clothes and roles that children play early, as a premise for the social standards they follow later. Even before birth, we are oriented to construct gender identities that have been historically and culturally attributed and related to biological sex, which often result in naturalizing roles, segregating desires and promoting prejudice and discrimination, especially when it breaks with practices and models imposed by society - male and man, female and woman.

**Keywords:** Gender; Play; Childhood.

## Resumen

El término género ha sido incluido en los discursos religiosos como "ideología de género", una perspectiva equivocada, ya que no es una ideología, sino una categoría que diferencia las formas de ser de hombres y mujeres. Así, a través de una investigación bibliográfica, el presente trabajo apunta a una discusión sobre el significado del término género como construcción sociocultural, política e histórica, creada para caracterizar las diferencias entre hombres y mujeres. Por tanto, cuando entendemos la etapa de la infancia como propicia para el desarrollo infantil, también buscamos discutir cómo el mundo de los adultos se inserta en los juegos, juguetes, disfraces y roles que los niños juegan desde temprana edad, como premisa para luego seguir los estándares sociales. Incluso antes del nacimiento, nos vemos llevados a construir identidades de género que fueron histórica y culturalmente atribuidas y relacionadas con el sexo biológico, que muchas veces termina naturalizando roles, segregando deseos y promoviendo prejuicios y discriminación, especialmente cuando se rompe con las prácticas y modelos impuestos por la sociedad - masculino y masculino, femenino y femenino.

**Palabras claves:** Género; juegos; Infancia; Identidades.

## INTRODUÇÃO

A discussão que aqui se apresenta pretende, por meio de uma pesquisa bibliográfica, analisar algumas questões, ainda que teóricas, acerca do conceito de gênero e as implicações que o termo assevera na fase da infância, numa perspectiva de que há muitas imposições sociais que determinam os caminhos da sexualidade, desde muito antes da criança nascer.

Dessa forma, o texto será dividido em duas seções. Na primeira seção, apresentamos a palavra gênero como marca de uma categorização que está em construção, surgida no movimento feminista, como um conceito que diferencia o jeito de ser homem ou mulher, mas que não se encontra, necessariamente, atrelado ao sexo biológico. Portanto, gênero é apresentado como uma construção sociocultural, política e histórica, que pode ou não hierarquizar as relações sociais.



Na segunda seção apresentamos a infância como sendo uma fase do desenvolvimento humano e nela são demarcadas muitas imposições sociais advindas de adultos, seja por meio dos brinquedos, das brincadeiras, como das vestimentas e das cores que cerceiam o mundo infantil. Assim, desde muito cedo, antes até mesmo do nascimento, reforça-se a construção da identidade masculina e feminina e os papéis que cada um/a deverá desempenhar na sociedade.

Ao final, afirmamos que a identidade de gênero não deve ser compreendida como constituída por meio de genitálias, pois diz respeito a atitudes, ao jeito de viver a vida e se reconhecer como sujeito social. A hierarquização dos corpos sexuados e dos papéis sociais, mesmo que de forma impositiva mantenha a hierarquização, não constrói o respeito, não emancipa e pode segregar pessoas, desejos, identidades e sexualidades.

### **Gênero: uma categoria construída nas relações sociais**

A palavra gênero, nos discursos gramaticais da língua portuguesa, remete-nos à ideia de masculino e feminino, por isso nas aulas de língua portuguesa, nos anos da educação básica, há uma compreensão semântica de que é o gênero que diferencia os seres vivos: pato para o gênero masculino e a pata para o gênero feminino. Aprendemos também que existem os substantivos epicenos como a cobra macho e a cobra fêmea, nesse caso, o gênero é determinado pela palavra macho ou a palavra fêmea. Há outros substantivos, cujos gêneros são determinados pelos artigos que os antecedem: o agente e a agente, nesse caso chamamos comum de dois gêneros (BECHARA, 2009).

Essas normas empregadas na língua materna nem sempre dão conta de categorizar a diversidade humana, pois diferentemente das definições que normatizam a língua padrão falada no Brasil – a língua portuguesa, pois nos discursos sociais, a palavra gênero, historicamente, não se relaciona com o sexo biológico, como explicitamos anteriormente, mas sim diz respeito às diferentes formas de ser, viver e se comportar nos espaços sociais e, por isso, é uma categoria que se remete a ser homem, ou ser mulher, masculino ou feminino, sem levar em consideração a genitália pertencente ao corpo físico.

Já no campo social, ABLGT (2011) em seu Manual de Comunicação LGBT<sup>3</sup> apresenta gênero como um conceito formulado nos anos 1970 com influência dos movimentos feministas. O termo foi criado para distinguir a dimensão biológica da

<sup>3</sup> Termo utilizado como abreviatura do conjunto de palavras: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais  
Revista Amazônida, Manaus, AM, vol. 6, n 1. p. 01 – 13, 2021



dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, “gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos” (ABLGT, 2011, p. 09).

Dentro os movimentos feministas despontados no final do século XIX, alguns tiveram maior visibilidade e foram bastante importantes para que a luta das mulheres se tornasse visível tanto nos espaços sociais, como políticos.

Em diferentes partes do mundo, distintas ações marcaram a história de lutas das mulheres, conforme assevera:

As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2010, p. 15).

A luta das mulheres por iguais direitos sociais e políticos foi um caminho longo e árduo, nem sempre com final feliz, como no caso de Emily Davison, que pagou o preço da luta com a própria vida, embora sua atuação conquistou direitos que ainda hoje são usufruídos por mulheres de muitas partes do mundo – o voto.

No Brasil, o movimento sufragista teve à sua frente Bertha Lutz, foi o foco da primeira tendência feminista. A bióloga abriu caminho para que outros grupos organizassem outros movimentos. De acordo com Pinto (2010), Bertha Lutz foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, instituição que encampou uma série de lutas, dentre elas o direito pelo voto feminino no país, conquistado em 1932. No entanto, o movimento perdeu força na década de 1930, sendo então reacendido a partir da década de 1960.

Um marco bastante importante na trajetória dos movimentos feministas mundiais foi a publicação do livro “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, a autora constitui uma das altas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”. Isso quer afirmar que a construção da identidade feminina se dá nas vivências, nos espaços culturais, sociais e políticos e, inclusive, a afirmação do gênero além de ser uma estratégia política, estabelece diferenças entre ser homem e ser mulher (PEDRO, 2007).

Para Pinto (2010), a década de 1960 é também um marco de lutas dos movimentos feministas na Europa, pois se trata de um contexto em que muito se falou sobre as



relações de poder entre homens e mulheres, seja no trabalho, na vida pública ou na educação.

De acordo com Pinto (2010, p. 16) requereu-se

[...] uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias.

Para a autora do excerto, a década de 1960 vislumbrou o rompimento, ou pelo menos em nível de movimento de luta, nas relações de poder existentes entre homens e mulheres, não que isso tenha deixado de existir ao longo da história, mas que a partir dessas lutas abriu-se o campo da discussão, os estudos e pesquisas, assim como a abertura do campo constitucional onde homens e mulheres são sujeitos dos mesmos direitos.

A construção da identidade de gênero, de acordo com Le Breton (2014), se dá de forma histórica e cultural. Em seus escritos, o autor ressalta as afirmações de Simone de Beauvoir, que afirmava que não se nasce mulher, mas se torna mulher, ou seja, a formação da identidade feminina é construída e resulta dos processos culturais, das suas relações afetivas, da obediência às normas sociais, mas, no entanto, o gênero tende a ser definido pela genética corporal, que também determina o sexo, macho ou fêmea.

A esse respeito, Louro (2000) apregoa que a naturalização dos corpos, das sexualidades ou de qualquer outra expressão se dá no seio da cultura, por meio da hierarquização de conceitos e práticas sociais. Assim, defende que

[...] através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 06).

De acordo com o excerto, a cultura tende a naturalizar as práticas relacionadas aos corpos e às sexualidades. Por meio da cultura, comumente determinamos os papéis sociais que cada sujeito deve desempenhar. Tais papéis estão atrelados às relações de



poder, em que nos parece que há ainda a hierarquização, como as marcas da masculinidade e as marcas da feminilidade.

Dessa forma, numa sociedade que centraliza as relações sociais no entorno do sexo biológico/genético, a hierarquia dos corpos é pensada a partir das normas de convivência. Portanto, se um determinado sujeito nasce macho, deve constituir uma identidade masculina por toda a vida e, no caso de nascer fêmea, deverá desenvolver uma identidade feminina.

Assim, os papéis que ora ocupamos nos espaços sociais são determinados desde muito antes do nosso nascimento, quando da descoberta do sexo do/a bebê e por meio de toda expectativa que é colocada com a chegada do novo ser. Para Peixoto e Oliveira (2016), somos predeterminados/as a desempenhar esses papéis com muita 'lealdade', pois ao contrário, tendemos a infringir as regras que foram estabelecidas por uma sociedade heterossexista<sup>4</sup>.

A expressão da sexualidade humana, quando não respeita os processos de construção individual, tende a resultar numa hierarquização de corpos, de atitudes e papéis já prescritos por uma cultura machista, por isso, além de deixar muitos sujeitos dentro dos "armários da vida", inferioriza mulheres e tantos outros sujeitos sociais, acarretando uma série de preconceitos, como a exclusão de espaços públicos, por exemplo.

Para cumprir a hierarquia imposta acerca das sexualidades, as mulheres muitas vezes são vislumbradas como o 'sexo frágil', as responsáveis pelas práticas domésticas, as cumpridoras dos papéis de mãe. A vida pública tende a ser uma referência para os homens, enquanto às mulheres são reservados os espaços privados, mantendo a hierarquia, o preconceito e negando os direitos sociais e humanos que todos os sujeitos possuem (PEIXOTO, OLIVEIRA, 2016).

Para Louro (1997), o estabelecimento e a aceitação de gênero como uma categoria que diferencia homens e mulheres se tornaram necessários ao longo das histórias dos movimentos feministas, pois foi no seio deles que muito se conquistou e continua se conquistando. De tal modo, por mais que a palavra gênero seja compreendida como diferença de identidade, também promove a igualdade de direitos entre homens e mulheres, pois o gênero não pode ser um precursor de inferiorização, mas sim de equidade entre todos os sujeitos, independente do sexo, de gênero, da orientação sexual,

---

<sup>4</sup> Sociedade respaldada nas vivências heterossexuais, cujas relações afetivas se constroem em torno dos sexos masculino (homem) e feminino (mulher).



ou quaisquer outras identidades.

Para Louro (1997), a construção da identidade sexual se dá por toda a nossa vida, mas em algumas fases dela, tende a não ser compreendida, como passamos a discutir nas próximas seções.

## **As relações de gênero e as infâncias**

A infância no Brasil é compreendida como uma fase de grande importância na vida das crianças, pois além de se desenvolverem intelectual, social, cultural e corporalmente, aprendem muitas regras de convivências que estão estabelecidas no nosso meio social. Por isso, esse período requer muitos cuidados, os quais são delineados tanto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), como em outras legislações, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990).

Na concepção de Ariès (1981), as infâncias são plurais, ou seja, não existe um único modelo de infância, mas muitos, pois o sentido que ela possui deriva de processos socioculturais de cada país, de cada região e de cada grupo, ou seja, a temporalidade também contribui para a construção de uma noção de infância e em cada período essa fase pode ser construída de forma diferenciada. Por isso, as normas que regem uma infância, nem sempre regem outra(s).

Sendo a infância uma construção social, como explica Ariès (1981), é um período onde em nossa cultura, as crianças além de possuírem direitos como à proteção e à educação, possuem também vínculos sociais, seja com familiares, amigos/as de escola e outros grupos e instituições, como, por exemplo, a igreja. Assim, desde cedo é levada a construir papéis sociais, por meio da educação que recebe dos/as adultos/as

Para Nucci e Russo (2010), nessas relações sociais que se estabelecem em torno da criança, a atenção que se dá aos acessórios que elas utilizam, assim como os brinquedos com que brincam ou as roupas que usam diariamente, podem ser determinantes de segregação. Aos meninos são atribuídos comportamentos espelhados nos homens heterossexuais: fortes, viris e poderosos; enquanto às meninas, comportamentos associados à figura da mãe: pessoa dócil, responsável, cuidadosa e meiga.

Acerca dos cuidados com as crianças e à formação da sua identidade, tanto Peixoto e Oliveira (2016), quanto Nucci e Russo (2010) concordam que as concepções que geralmente se atribuem a elas são originárias da sua formação e se constroem



durante o desenvolvimento do feto. Ao dar à luz, a mãe, assim como o pai e os/as demais entes, aguarda a chegada da criança com um mundo colorido, transformado artificialmente, por meio de cores que estampam limites e separam os meninos em seus mundos azuis ou verdes e as meninas em lindos cenários cor-de-rosa. A relação que se faz de sexo, gênero, brinquedos e cores está presente nas casas, nos quartos, nas lojas de departamento, nas festas infantis, nos programas de televisão e em tantos outros espaços que interagem com a infância.

Sobre o aprendizado das crianças, Salvador (1999, p. 146) observa que

[...] de maneira bastante geral, o processo de desenvolvimento das crianças inicia-se na família, sendo os pais os primeiros cuidadores e educadores ao mesmo tempo; é o primeiro contexto de desenvolvimento, que em todas as culturas é visto, mais cedo ou mais tarde, progressivamente ampliado. As crianças participam, assim, de outros contextos e interagem com outras pessoas em uma diversidade de modalidades.

Assim, o conhecimento do mundo social efetiva-se por meio da participação da criança nas atividades de relações com o/a outro/a, na medida em que seu desenvolvimento permite observar o mundo, as regras, a negação sobre o que culturalmente está errado, assim como a afirmação do que é 'certo'.

Desde cedo, somos ensinados/as a ter atitudes, usar roupas, praticar esportes, ter comportamentos, até pensar de acordo com as convenções que histórica e socialmente se construíram, relacionando gênero ao fator sexual e biológico: macho deve ser homem enquanto fêmea deve ser mulher, em sua totalidade.

A esse respeito, argumentam Nucci e Russo (2010, p. 49) que

[...] neste cenário, é interessante notar a importância dada ao comportamento na infância e, mais especificamente, aos jogos e brinquedos infantis. Essa preocupação com a infância, além de ser coerente com o inatismo proposto na teoria dos hormônios pré-natais (ou seja, a ideia de que o comportamento "masculino" ou "feminino" é inato, tendo sido determinado ainda no útero), ao mesmo tempo também parece indicar uma preocupação social generalizada em se demarcar fronteiras claras entre os gêneros durante a infância (ou às vezes ainda mais cedo, mesmo quando o bebê ainda está na barriga da mãe).

Diante da citação, é possível afirmar que a preocupação que se tem acerca da afirmação de gênero sob a visão biológica/genital é precoce e começa a ser construída desde muito cedo. Às crianças são atribuídas atitudes, partindo de vários pressupostos e/ou ideias, sejam centradas na teoria dos hormônios, sejam nas construções histórica e



social que se evidenciaram ao longo da história da sexualidade.

Em pesquisa realizada por Nucci e Russo (2010, p. 50), as brincadeiras infantis se destacam como:

Quadro 1: Classificação das brincadeiras e brinquedos de acordo com o gênero

<b>Femininas</b>	<b>Neutras</b>	<b>Masculinas</b>
Bonecas	Livros de figuras	Armas de brinquedo
Bonecas tipo Barbie	Bicicleta	Carrinhos/ trenzinhos/ aviões
Brincar de “casinha” (arrumar a casa, cozinhar)	Nadar	Ferramentas de brinquedo
Brincar de “família” (papai, mamãe, filhos)	Assistir desenhos animados	Fingir que é super-herói
Dançar	Jogos de tabuleiro	Fingir que é astronauta
Desfile de moda		Fingir que é soldado
Maquiagem/joias		Lutar
Fazer penteado/ arrumar o cabelo		Subir em árvores/escalar

Fonte: Nucci e Russo (2010, p. 50).

Como demonstra o Quadro 1, as brincadeiras e brinquedos relacionados ao gênero feminino estão diretamente ligados a práticas domésticas, ao ato de cuidar, cozinhar, limpar e à maternidade, ao privativo, enquanto para as masculinas além de se relacionarem a algum tipo de violência como armas e lutas, também estão relacionadas às atividades radicais e emocionantes como subir em árvores, defender e lutar, para o público. Assim, as brincadeiras masculinas são as que expressam “características” do homem forte e agressivo, e as femininas se assemelham às “características femininas”, como o cuidado e a submissão.

De acordo com o Quadro 1, as brincadeiras neutras aparecem como ações que podem ser desempenhadas tanto por meninas quanto meninos, ou seja, por serem neutras, não servem para promover a construção nem da identidade masculina nem feminina, por isso podem ser indicadas a qualquer criança.

Sobre a relação gênero e brinquedos/brincadeiras Nucci e Russo (2010, p. 51) apresentam

[...] assim, o fato de uma criança do sexo feminino brincar com brinquedos “masculinos” sinaliza uma provável masculinidade não apenas de seu comportamento, mas também de seu cérebro. Além disso, a preferência por brinquedos “atípicos” ao gênero, poderia, segundo pesquisadores,



indicar possível homossexualidade ou transexualidade latente.

O discurso que se tramita entre os/as pesquisadores/as das diferentes áreas se contradiz muitas vezes. Nas pesquisas médicas na área de Psiquiatria, justifica-se a construção da identidade de gênero, pressupondo atitudes ligadas à infância, enquanto para as Ciências Sociais esta construção se dá nas relações sociais, ou seja, dentro do campo de pesquisas científicas, não se chegando a um acordo, devido ao olhar particularizado que cada campo possui do sujeito, seja a partir do aspecto biológico, seja a partir das relações sociais vivenciadas por ele, conforme afirmam as autoras citadas (LOURO, 1997).

Com relação ao campo médico, Zambrano (2003) observa que é muito comum, principalmente em entrevistas preparatórias para cirurgias de transgenitalização<sup>5</sup>, transexuais se apoiarem no discurso das preferências do sexo oposto, como brincadeiras, sentimentos, atitudes e de comportamentos que sinalizem o desajuste, dificultando a adaptação ao modo de vida proposto pela sociedade. Assim, a autora defende ainda a ideia de que, certamente, o discurso das transexuais se evidencia numa ‘contaminação’ psiquiátrica para conseguir o aval para a cirurgia e pela necessidade de convencer de que são verdadeiras ‘transexuais’.

A ideia é de que quando se presenteia uma criança, deve-se reforçar o seu sexo/gênero, por meio das cores e da *performance* que está incutida no brinquedo, roupas, atitudes. Dessa forma somos levados/as a acreditar que os brinquedos, brincadeiras, roupas etc., reforçam a identidade e levam o sujeito para outro caminho, que não o esperado de homens machos e mulheres fêmeas.

Sobre isso Nucci e Russo (2010, p. 52) destacam que

[...] a ideia, portanto, é que os pais, ao darem para crianças brinquedos “congruentes” ao gênero, estarão reforçando uma preferência e – mais ainda –, uma identidade de gênero que já existe previamente. Ou seja, o que essa lógica parece indicar é que a identidade de gênero, embora inata (já que teria sido determinada a partir do nível hormonal pré-natal), não teria força “suficiente”, precisando ser “reforçada” pela cultura.

Embora o fato de o gênero ter a necessidade de ser reforçado pela cultura, na concepção de Nucci e Russo (2010), isso não exclui dos/as pesquisadores/as a noção de inatismo<sup>6</sup>, a fim de provar a preferência por brinquedos pautada na questão biológica, e

<sup>5</sup> Couto (1999) usa o termo transgenitalização para se referir à cirurgia de mudança/inversão de sexo, ou seja, a redesignação da genitália masculina e/ou feminina.

<sup>6</sup> Rabello e Passos (s/d) apresentam que para os/as teóricos/as inatistas, as crianças já nascem com tudo



essa preferência também em macacos, o que sugere que a preferência por brinquedos entre meninos e meninas são parte da sua herança evolutiva.

Se do ponto de vista biológico há relação entre atitudes e identidade de gênero, do ponto de vista antropológico e sociológico, gênero é construção social, por isso, preferimos a segunda definição, uma vez que nos sugere que as sociedades são flexíveis e evoluem em suas manifestações e formas de pensar, assim como as regras que são estabelecidas em um determinado momento não servem para outro, como as de um limite geográfico também não transitam em outro.

Nucci e Russo (2010) afirmam que as pesquisas sociológicas e antropológicas encontram os mais variados comportamentos e atitudes sexuais, uma vez que as próprias pesquisas de campo biológico sugerem que o cérebro possui capacidade adaptativa. Assim, a identidade de gênero também pode ser entendida como um fenômeno de adaptação e construção social. Nesse sentido, ela é reforçada, inferiorizada e/ou segregada segundo os mandos da sociedade machista que menospreza e diminui as mulheres nos diversos campos sociais, dentre eles no mercado de trabalho, o qual se apresenta como um divisor de águas entre homens e mulheres na atualidade.

Dessa forma, tratar as crianças como adultos/as que possuem suas identidades formadas, reforça o estigma de que o caminho a ser seguido não passa pelas escolhas e liberdades, mas tende a manter a hierarquização imposta por meio de ideias conservadoras, impositivas, segregadoras e repressoras, que continuam diferenciando homens e mulheres, rico e pobre etc.

## Considerações finais

Os conceitos de gênero vislumbrados neste trabalho, tanto podem ser observados numa perspectiva linguística/gramatical, quanto numa perspectiva cultural. Por isso, priorizamos a discussão que delinea gênero como sendo uma expressão produzida no seio de uma sociedade conservadora e machista, com o intuito de diferenciar os papéis sociais masculinos e femininos.

As discussões acerca da compreensão de gênero nos levaram à afirmação de que os corpos biológicos não determinam os papéis que cada sujeito ocupa socialmente, embora os apontamentos empregados nos mostrem que desde bem antes do nosso

---

que precisam na sua estrutura biológica para se desenvolver. Nada é aprendido no ambiente, e sim apenas disparado por este.



nascimento já temos prescritas as atitudes, as formas de ser e os papéis que ocuparemos ao longo da nossa vida, tendo como determinante o nosso sexo biológico.

Na infância, as relações de gênero se voltam para as coisas da infância: as brincadeiras, as roupas que as crianças vestem, os brinquedos que elas brincam. Por isso, o mundo infantil da menina também de diferencia do mundo infantil do menino, pois os aparatos que os cerceiam, também são determinantes de papéis, atitudes e expressões que suas sexualidades devem seguir.

Por fim, para encerrar essa breve discussão, acreditamos ser necessário continuar defendendo que as expressões da sexualidade sejam livres de tabus, de tradições, e que as relações de gênero em todos os espaços sociais não sirvam para hierarquizar, mas sim equalizar as vivências em todas as suas manifestações.

## Referências

ABGLT. **Manual de comunicação LGBT**. ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. ABLGT: Curitiba, 2011.

ARIÈS, Philippe. (1981). **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC.

BECHARA, Evanildo. (2009). **Moderna gramática portuguesa** .37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90**. Brasília. MEC. 1990.

COUTO, Edvaldo S. **Transexualidade: o corpo em mutação**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1999.

LE BRETON, David. Corpo, gênero e identidade. In: FERRARI, Anderson; RIBEIRO, Claudia Maria; CASTRO, Roney Polato de; BARBOSA, Vanderlei (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras/MG: UFLA, 2014. p. 17-36.

LOURO, Guacira Lopes. (1997). **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis/RJ: Vozes.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 6-18.

NUCCI, Marina Fischer e RUSSO, Jane Araújo. O sexo do cérebro: uma análise sobre gênero e ciência. In: BRASIL, Presidência da República. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. 6º Prêmio Construindo a igualdade de Gênero. Brasília: 2010, p. 31-57.



PEDRO, Joana Maria. Monumentos ao “Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir. cadernos pagu (28), janeiro-junho de 2007. p. 407-414. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/17.pdf>. Acesso em 05 fev 2019.

PEIXOTO, Reginaldo; OLIVEIRA, Márcio de. Masculino e feminino: construções que carecem de (des)construções sociais. In: MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo (Org.). **Educação, saúde, gênero e sexualidade**: diálogos possíveis. Curitiba: CRV, 2016. p. 39-56.

PINTO. Céli Regina. Feminismo, história e poder. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em 05 fev 2020.

RABELLO, Eliane; PASSOS, José Silveira. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. S/d. Disponível em: <https://josesilveira.com/wp-content/uploads/2018/07/Artigo-Vygotsky-e-o-desenvolvimento-humano.pdf>. Acesso em 11 jul 2019.

SALVADOR, César Coll. (1999). **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artmed.

ZAMBRANO, Elizabeth. **Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS; 2003.

**Artigo recebido em:** 14 de JANEIRO de 2021.

**Aceito para publicação em:** 20 de JUNHO de 2021.

**Manuscript received on:** JANUARY 14, 2021

**Accepted for publication on:** JUNE 20, 2021

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

